



APENSADOS

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:  
(DO SR. ALBERTO FRAGA)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Estabelece as condições para o funcionamento das Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras.

DESPACHO: 24/02/99 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 16/10/99

REGIME DE TRAMITAÇÃO  
ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

## PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		

PROJETO DE LEI Nº

DE 199

9

90



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 90, DE 1999  
(DO SR. ALBERTO FRAGA)



Estabelece as condições para o funcionamento das Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

Art. 1º As Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras, para terem o seu funcionamento autorizado, além das disposições do Código Civil e demais legislações aplicáveis, terão que observar o contido nesta lei.

Art. 2º Para o início de suas atividades as ONGs deverão ter o registro do seu regimento interno e estatuto no Ministério da Justiça e na Secretaria de Justiça de todos os Estados onde tiver representação ou seja área de atuação.

Art. 3º As ONGs deverão apresentar mensalmente um relatório, aos órgãos do artigo anterior, contendo:

I – nome dos diretores ou representantes;

II – relação de todos os funcionários, inclusive estrangeiros que entraram e saíram do país;

III – área de atuação;

IV – todos os elementos utilizados para elaboração de pesquisas e coletas de dados;

V – recursos recebidos e sua origem;

VI – atividades desenvolvidas e emprego dos recursos.

Art. 4º A não observação do contido nesta lei implicará na ilegalidade da ONG e seu descredenciamento.

Art. 5º Os estrangeiros que atuarem nas ONGs deverão obter o visto nos termos da lei, sendo vedado a concessão de visto de turista e de estudante para esse fim.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 1999

  
Deputado JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA

24/02/99



## JUSTIFICAÇÃO

Temos assistido no Brasil a proliferação de ONGs, nacionais e internacionais, sem que haja um controle efetivo das atividades desenvolvidas, seus representantes e origem dos recursos. Essas ONGs atacam o Governo brasileiro enquanto em seu país de origem não se atrevem a se manifestar e não tem autorização para tal. Temos como exemplo o fato de dizer que o Brasil tem violência, enquanto no país de origem tem a pena de morte em muitos Estados.

Acrescenta-se o fato de um descontrole sobre essas ONGs poderem gerar um campo fértil para o crime organizado exercer as suas atividades. Cito como exemplo que no Brasil temos mais de 2.000 ONGs para cuidar de menores de rua, enquanto que temos cadastrado menos de 2.000 menores, portanto menos de um menor por ONG.

Este projeto vem justamente clarear a atuação das ONGs, separando o joio do trigo, aquela que tem fundamentos e propósitos nobres daquela que visa apenas a ilegalidade.



***PL.-0090/99***

**Autor:** ALBERTO FRAGA (PMDB/DF)

**Apresentação:** 24/02/99

**Prazo:**

**Ementa:** Projeto de lei que estabelece as condições para o funcionamento das Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras.

**Despacho:** À Comissão: Art.24,II  
Constituição e Justiça e de Redação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 90/99

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 02/05/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2000

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA  
Secretário



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 90, DE 1999

NAO APRECIADO

Estabelece as condições para o funcionamento das Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras.

**Autor:** Deputado Alberto Fraga

**Relator:** Deputado André Benassi

### I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a proposição em epígrafe de autoria do ilustre Deputado Alberto Fraga, tendo por escopo estabelecer “as condições para o funcionamento das Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras.”

Justifica o autor:

*“Temos assistido no Brasil a proliferação de ONGs, nacionais e internacionais, sem que haja um controle efetivo das atividades desenvolvidas, seus representantes e origem dos recursos. Essas ONGs atacam o Governo brasileiro enquanto em seu país de origem não se atrevem a se manifestar e não tem autorização para tal. Temos como exemplo o fato de dizer que o Brasil tem violência, enquanto no país de origem tem a pena de morte em muitos Estados.”*

A proposta tramita conclusivamente, razão pela qual, nos termos do art. 119 do Regimento Interno, foi aberto o prazo para o oferecimento de emendas sem que nenhuma tivesse sido apresentada.



95BD106919





Compete a esta Comissão a análise da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos do art. 32, III, "a" e "e" do mesmo estatuto.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Nada temos a objetar no que concerne à constitucionalidade no seu aspecto formal, pois que observada a competência legiferante da União (art. 22), a apreciação pelo Congresso Nacional (art. 48) e a iniciativa parlamentar (art. 61).

Ainda assim, poder-se-ia aventar restrições por parte dos incisos XVII e XVIII do art. 5º da Constituição Federal, uma vez que o texto referido enfatiza a liberdade de organização de entidades. Na verdade, o projeto não procura restringir as atividades das associações mas, em casos específicos, estabelecer critérios, em vista do interesse público e nacional.

Do mesmo modo, consideramos que a proposta não afronta os princípios maiores do ordenamento jurídico, razão pela qual a consideramos dotada de juridicidade. A propósito, vale registrar que a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, em vigor, apesar de tratar da "qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público", instituindo, ainda, o termo de parceria, cuida de hipótese diversa. Como se pode depreender, enquanto este projeto estabelece requisitos para o funcionamento das ONGs, sem a observância dos quais não poderão ser constituídas, a Lei cuida da habilitação das mesmas frente ao Poder Estatal para o fomento e a execução de atividades de interesse público. Por isso, consideramos oportuna a independência entre a proposição e a Lei em vigor.

Pela proposta, não se veda o funcionamento de tais ONGs, mas se procura oferecer ao Poder Público instrumentos para apurar os desvios e excessos que as mesmas porventura venham a cometer.

Portanto, somos favoráveis à proposta, vez que a mesma procura ordenar e disciplinar a atuação das chamadas "Organizações não



95BD106919





CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

Governamentais”, principalmente aquelas de origem internacional que, não raro, vão além dos propósitos que enunciam defender e adentram em assuntos de exclusivo interesse nacional.

Dessa forma, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto de lei nº 90, de 1999, com a seguinte emenda atribuindo nova redação ao art. 3º.

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2002 .

  
Deputado André Benassi  
Relator



95BD106919





CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 90, DE 1999

Estabelece as condições para o funcionamento das Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras.

O caput do artigo 3º passa a ter a seguinte redação:

“ Art. 3º. As ONGs deverão apresentar trimestralmente um relatório, aos órgãos do artigo anterior, contendo:”

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2002 .

  
Deputado André Benassi  
Relator



95BD106919



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI  
Nº 90, de 1999

## EMENDA Nº 1

## CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA      ☐ SUBSTITUTIVA      ☒ ADITIVA  
☐ AGLUTINATIVA      ☐ MODIFICATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADO Elimar Máximo Damasceno	PRONA	SP	1

Acrescente-se ao art. 2º do projeto o seguinte Parágrafo único:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. Para o registro de que trata o *caput*, é necessário parecer favorável do Ministério Público."

**JUSTIFICAÇÃO**

O Ministério Público, como fiscal da lei, deverá ser consultado para que a ONG possa ser registrada, devendo exarar parecer favorável.

Existem muitas ONGs que atuam no território nacional tão-somente para surrupiar nossas riquezas, principalmente de nossa biodiversidade.

Para coibir isso, o Ministério Público é o órgão de fiscalização mais eficaz.

PARLAMENTAR

24, 6, 03      Elimar Máximo Damasceno

DATA      ASSINATURA

Documento5



F3F3390630





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI  
Nº 90, de 1999

EMENDA Nº 2

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA    ☐ SUBSTITUTIVA    ☒ ADITIVA  
☐ AGLUTINATIVA    ☐ MODIFICATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADO Elimar Máximo Damasceno	PRONA	SP	1

Acrescente-se ao projeto os seguintes artigos 6º, 7º e 8º, renumerando-se o atual art. 6º para 9º:

"Art. 6º. A ONG deverá publicar o balanço contábil anual no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação.

Art. 7º. São proibidas as atividades que atentem contra a soberania, a cidadania e o estado democrático de direito.

Art. 8º. Caso a ONG esteja em débito com o INSS e a Fazenda Pública estadual ou federal, não poderá receber subsídios de qualquer espécie ou assinar convênios.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

**JUSTIFICAÇÃO**

É necessário que a ONG não venha ao País, ou seja criada, para praticar atos ilegais ou receber verbas, ou qualquer subsídio se estiver em débito com o INSS ou as Fazendas Públicas.

A obrigatoriedade de publicação de balanço anual justifica-se pela necessidade de o Poder Público e a sociedade deverem tomar conhecimento do montante de recursos que são manipulados, e se são de origem legal

PARLAMENTAR

24.6.03

Elimar Máximo Damasceno

DATA

ASSINATURA



58F96E5645



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS****PROJETO DE LEI Nº 90/99**

Nos termos do art. 119, *caput*, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação determinou a abertura e divulgação, na Ordem do Dia das Comissões, de prazo para recebimento de emendas (5 sessões), no período de 18/06/2003 a 26/06/2003. Esgotado o prazo, foram apresentadas 2 emendas.

Sala da Comissão, em 27 de junho de 2003.

  
Rejane Salete Marques  
Secretária





## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 90, DE 1999

Estabelece as condições para o funcionamento das organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras.

**Autor:** Deputado Alberto Fraga

**Relator:** Deputado Roberto Magalhães

### I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a proposição em epígrafe de autoria do ilustre Deputado Alberto Fraga, tendo por escopo estabelecer "as condições para o funcionamento das Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras."

Justifica o autor:

*"Temos assistido no Brasil a proliferação de ONGs, nacionais e internacionais, sem que haja um controle efetivo das atividades desenvolvidas, seus representantes e origem dos recursos. Essas ONGs atacam o Governo brasileiro enquanto em seu país de origem não se atrevem a se manifestar e não tem autorização para tal. Temos como exemplo o fato de dizer que o Brasil tem violência, enquanto no país de origem tem a pena de morte em muitos Estados."*

A proposta tramita conclusivamente, razão pela qual, nos termos do art. 119 do Regimento Interno, foi aberto o prazo para o oferecimento de emendas, tendo sido apresentadas duas emendas, ambas de autoria do



639601DE55





Deputado Elimar Máximo Damasceno, uma de n.º 01, propondo que o Ministério Público seja ouvido previamente ao registro de ONGs; outra, a de n.º 02, exigindo das ONGs publicação anual de balanço contábil, no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação, e proibindo atividades que atentem contra a soberania, cidadania e o estado democrático do direito.

Compete a esta Comissão a análise da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos do art. 32, III, "a" e "e" do mesmo estatuto.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Nada temos a objetar no que concerne à constitucionalidade no seu aspecto formal, pois que observada a competência legiferante da União (art. 22), a apreciação pelo Congresso Nacional (art. 48) e a iniciativa parlamentar (art. 61).

Ainda assim, poder-se-á aventar restrições por parte dos incisos XVII e XVIII do art. 5.º da Constituição Federal, uma vez que o texto referido enfatiza a liberdade de organização de entidades. Na verdade, o projeto não procura restringir as atividades das associações mas, em casos específicos, estabelecer critérios, em vista de suposto interesse público e nacional.

No mérito, temos considerações e objeções a fazer

As chamadas organizações do terceiro setor, ou Organizações não Governamentais – ONGs, são entidades de interesse social sem fins lucrativos, como associações, as sociedades simples (ou civis) e as fundações de direito privado, com o objetivo de atendimento a necessidade(s) social(ais) ou a defesa de direitos difusos ou emergentes.

Constituem, assim, um universo amplíssimo que entendemos de difícil regulação em apenas um só diploma legal.

E a maior prova disto é a Lei Federal n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, que cria as organizações sociais qualificadas pelo Poder







Executivo, como pessoas jurídicas de direito privado, com atividades dirigidas ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção do meio ambiente, cultura e saúde.

Lei posterior a de n.º 9.790, de 23 de março de 1999, criou um novo tipo de ONG, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com extensa e minuciosa regulamentação.

Também a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a "organização da assistência social", prevê a inscrição das sociedades dessa natureza nos Conselhos Municipais e registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

No tocante à interface das ONGs com o poder público, nos três níveis, sobretudo na área da colaboração financeira e da parceria em atividades do interesse público, cada ente estatal tem a sua legislação própria onde se enquadra cada situação.

Já existe, atualmente, estrutura administrativa de registro e procedimentos para a instituição e funcionamento de sociedades e fundações, mesmo com fins lucrativos, a saber:

- 1) toda associação ou fundação para iniciar suas atividades deve-se registrar no **Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, que é o órgão público competente para tal registro, segundo a Lei 6015/73 (Lei de registros públicos) e de acordo com as Leis de Organização Administrativa e Judiciária dos Estados e do Distrito Federal;
- 2) para ter movimentação financeira deve inscrever-se no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) junto à **Receita Federal**;
- 3) para se estabelecer em um espaço físico deve inscrever-se no CCM (Cadastro de Registro Mobiliários) junto à **Prefeitura** onde se encontra sua sede; e
- 4) no caso das fundações, além de cumprirem todas as obrigações acima citadas, devem obter previamente a







autorização do **Ministério Público**, que deverá aprovar os seus atos constitutivos antes do registro.

Além disto, as ONGs são obrigadas a prestar inúmeras informações a diversos órgãos públicos, como por exemplo:

- a) **DIPJ (Declaração de Informações da Pessoa Jurídica)** que deve ser prestada anualmente à Receita Federal, contendo o balanço contábil e patrimonial anual da organização, assim como as fontes de recursos recebidos, em categorias como: contribuições associativas; venda de bens e prestação de serviços; rendimentos de aplicações financeiras; doações e subvenções.
- b) **RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)** que deve ser entregue anualmente ao Ministério do Trabalho com informações e o perfil de todos os funcionários, inclusive os estrangeiros;
- c) Qualquer alteração estatutária ou eleição de novos dirigentes deve ser obrigatoriamente informado ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, inclusive com a qualificação completa dos dirigentes e representantes legais.

Quanto ao funcionamento de ONGs estrangeiras, no País, esclarece **José Eduardo Sabo Paes**, em sua obra "Fundações e Entidades de Interesse Social":

*"Em observância clara ao § 1.º do art. 11 da Lei de Introdução ao Código Civil, os atos constitutivos dos organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações (estrangeiras), devem ser aprovadas pelo governo brasileiro.*

*Para tanto, necessário se faz o uso de requerimento subscrito pelo presidente, representante legal ou procurador da associação, sociedade ou fundação, dirigido ao excelentíssimo Senhor Presidente da República*



639601DE55





*Federativa do Brasil, no qual, após a devida qualificação, o representante legal da entidade solicita autorização para o seu funcionamento no território brasileiro.*

*Faz-se necessária a apresentação, juntamente com o requerimento de autorização, da documentação da entidade que comprove sua regular existência e seu regular funcionamento.” (fls. 50).*

Como se pode ver, as ONGs vão sendo crescentemente reguladas por diferentes leis, não parecendo necessário, data venia, como pretende o PL n.º 90, de 1999, o envio de relatórios mensais dessas entidades ao Ministério da Justiça, que certamente não teria pessoal e tempo suficientes para examinar milhares de papeis a cada mês.

Estima-se que no Brasil existam aproximadamente 200 mil entidades sem fins lucrativos, empregando cerca de mais de 1 milhão de pessoas (Pesquisa LANDIM, Leilah; BERES, Neide, 1999; conf. ABONG).

Por todo o exposto, é o nosso voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL n.º 90, de 1999 e de ambas emendas apresentadas e, no mérito, pela rejeição.

Sala da Comissão, em 27 de agosto de 2003 .

  
Deputado Roberto Magalhães  
Relator



639601DE55





## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 90, DE 1999

Estabelece as condições para o funcionamento das organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras.

**Autor:** Deputado Alberto Fraga

**Relator:** Deputado Roberto Magalhães

### COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Este parecer complementar tem por objetivo acolher a arguição de inconstitucionalidade formulada pela maioria dos membros desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, quanto ao Projeto de Lei n.º 90, de 1999.

E o faço com fundamento no art. 5.º, incisos XVII e XVIII, da Constituição Federal, o primeiro declarando “plena liberdade de associação para fins lícitos”, e o segundo que veda a interferência estatal nas associações e cooperativas.

Todavia, além desses dispositivos invocados na reunião dessa CCJC, parece-me também ter cabimento o apelo ao art. 5.º, caput, da Constituição Federal, que estabelece o princípio da igualdade de todos perante a lei.

Ao se exigir prestação mensal das ONGs, relatório de suas atividades, ao Ministério da Justiça, fica vulnerado o princípio isonômico da Carta



4F9E2D5D19





Constitucional. Ou seja, discriminam-se as ONGs que tem como requisito a ausência de fins lucrativos, em relação as demais associações.

Ficam mantidas as considerações do parecer aditado, inclusive a sua conclusão pela desaprovação do mérito do Projeto de Lei n.º 90, de 1999.

Sala da Comissão, em 20 de abril de 2004 .

  
Deputado Roberto Magalhães  
Relator



4F9E2D5D19





CÂMARA DOS DEPUTADOS

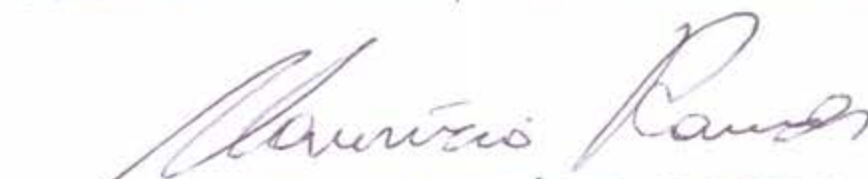
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA****PROJETO DE LEI Nº 90, DE 1999****III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra o voto do Deputado Luiz Antonio Fleury, pela inconstitucionalidade e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 90/1999 e das emendas nºs 1 e 2 apresentadas nesta Comissão, nos termos do Parecer, com complementação de voto, do Relator, Deputado Roberto Magalhães.

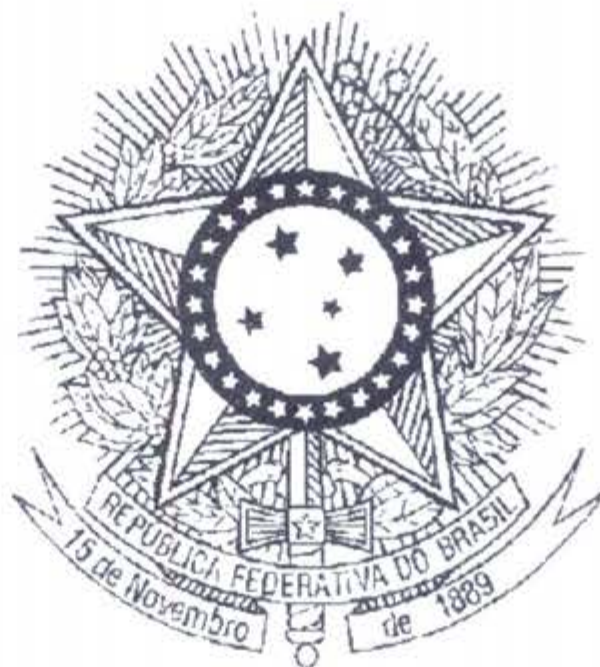
Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Maurício Rands - Presidente, Antonio Carlos Biscaia e Nelson Trad - Vice-Presidentes, Alexandre Cardoso, Bosco Costa, Carlos Mota, Edmar Moreira, Ildeu Araujo, Inaldo Leitão, Jefferson Campos, João Paulo Gomes da Silva, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Luiz Eduardo Greenhalgh, Odair, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Magalhães, Roberto Freire, Roberto Magalhães, Rubinelli, Takayama, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Antonio Carlos Pannunzio, Átila Lira, Colbert Martins, Coriolano Sales, Dra. Clair, Isaías Silvestre, Ivan Ranzolin, José Pimentel, Luiz Antonio Fleury, Luiz Couto, Mauro Benevides, Mendonça Prado, Neucimar Fraga, Onyx Lorenzoni e Sarney Filho.

Sala da Comissão, em 7 de abril de 2004

  
Deputado MAURÍCIO RANDS  
Presidente





# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 90-A, DE 1999**

**(Do Sr. Alberto Fraga)**

Estabelece as condições para o funcionamento das Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela inconstitucionalidade e, no mérito, pela rejeição deste e das emendas 1 e 2 apresentadas na Comissão. (relator: DEP. ROBERTO MAGALHÃES).

### **DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### **APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II

## **SUMÁRIO**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Emendas apresentadas na Comissão (2)
  - parecer do relator
  - complementação de voto
  - parecer da Comissão
-



PL 313



APENSADOS

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:

(DO SR. ALBERTO FRAGA) e outros

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Recorre contra parecer terminativo de comissão pela inadmissibilidade e/ou inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 90, de 1999.

DESPACHO:

21/05/2004 - (PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM / /

## REGIME DE TRAMITAÇÃO

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

## PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: ____/____/____

REC Nº 129 DE 2004



Câmara dos Deputados

## REC 129/2004

**Autor:** Alberto Fraga

**Data da  
Apresentação:** 11/05/2004

**Ementa:** Recorre contra parecer terminativo de comissão pela inadmissibilidade e/ou inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 90, de 1999.

**Forma de  
Apreciação:** .

**Despacho:** Publique-se. Submeta-se ao Plenário.

**Regime de  
tramitação:** .

**Em** 21/05/2004

JOÃO PAULO CUNHA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

RECURSO Nº 129, DE 2004.  
(Do Sr. Alberto Fraga e outros)

Contra parecer terminativo de comissão.

Senhor Presidente,

Os deputados abaixo-assinados, com fulcro no art. 58, § 3º, recorrem ao Plenário contra parecer terminativo pela inadmissibilidade e/ou inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 90, de 1999, que estabelece condições para o funcionamento das organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras, pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, devendo tal decisão ser objeto de deliberação do Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2004.

  
ALBERTO FRAGA  
DEPUTADO FEDERAL  
(PTB – DF)

11/5/04



8C8AB19451





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
SECAP(SGM)

12/05/2004  
18:47

## Relatório de Verificação de Apoioamento

### RECURSO Nº 129/04

**Proposição:** REC-129/2004 => PL-90/1999  
**Autor da Proposição:** ALBERTO FRAGA  
**Data de Apresentação:** 11/5/2004  
**Ementa:** Contra parecer terminativo de comissão.  
**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas	71
Não Conferem	1
Fora do Exercício	-
Repetidas	-
Ilegíveis	-
Retiradas	-
TOTAL	72
MÍNIMO	52
FALTAM	-

### Assinaturas Confirmadas

Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF
1	Adelor Vieira	PMDB	SC
2	Alberto Fraga	PTB	DF
3	Almir Moura	PL	RJ
4	Antonio Cambraia	PSDB	CE
5	Antonio Carlos Biscaia	PT	RJ
6	Antonio Nogueira	PT	AP
7	Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP
8	Átila Lira	PSDB	PI
9	Barbosa Neto	PSB	GO
10	Bernardo Ariston	PMDB	RJ
11	Bismarck Maia	PSDB	CE
12	Carlos Alberto Leréia	PSDB	GO
13	Carlos Dunga	PTB	PB
14	Carlos Eduardo Cadoca	PMDB	PE
15	Carlos Mota	PL	MG
16	Carlos Nader	PFL	RJ



18 Chico da Princesa	PL	PR
19 Daniel Almeida	PCdoB	BA
20 Davi Alcolumbre	PDT	AP
21 Deley	PV	RJ
22 Dr. Hélio	PDT	SP
23 Edmar Moreira	PL	MG
24 Eduardo Seabra	PTB	AP
25 Elimar Máximo Damasceno	PRONA	SP
26 Félix Mendonça	PFL	BA
27 Fernando Coruja	PPS	SC
28 Ibrahim Abi-Ackel	PP	MG
29 Inaldo Leitão	PL	PB
30 Iris Simões	PTB	PR
31 João Paulo Gomes da Silva	PL	MG
32 José Carlos Araújo	PFL	BA
33 José Ivo Sartori	PMDB	RS
34 Júlio Delgado	PPS	MG
35 Lavoisier Maia	PSB	RN
36 Leônidas Cristino	PPS	CE
37 Lindberg Farias	PT	RJ
38 Lobbe Neto	PSDB	SP
39 Luiz Carlos Hauly	PSDB	PR
40 Luiz Carlos Santos	PFL	SP
41 Manoel Salviano	PSDB	CE
42 Marcelo Castro	PMDB	PI
43 Maria Lucia	PMDB	RJ
44 Michel Temer	PMDB	SP
45 Miguel de Souza	PL	RO
46 Milton Barbosa	PFL	BA
47 Milton Cardias	PTB	RS
48 Moroni Torgan	PFL	CE
49 Murilo Zauith	PFL	MS
50 Nélcio Dias	PP	RN
51 Ney Lopes	PFL	RN
52 Nice Lobão	PFL	MA
53 Osmar Serraglio	PMDB	PR
54 Pauderney Avelino	PFL	AM
55 Paulo Bernardo	PT	PR
56 Paulo Kobayashi	PSDB	SP
57 Paulo Magalhães	PFL	BA
58 Paulo Rubem Santiago	PT	PE
59 Pedro Chaves	PMDB	GO
60 Pedro Irujo	PL	BA
61 Reinaldo Betão	PL	RJ



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Registro e Controle e de Análise de Proposições

Ofício nº 67 /2004

Brasília, 12 de maio de 2004

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que o Recurso contra parecer terminativo de comissão (Art. 132, § 2º c/c art. 144, caput, RICD) do Senhor Deputado Alberto Fraga e outros, que "Contra parecer terminativo de comissão", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de :

071 Assinaturas confirmadas;  
001 Assinatura não confirmada.

Atenciosamente,



RUTHIER DE SOUSA SILVA  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
N E S T A









CÂMARA DOS DEPUTADOS

NOME	ASSINATURA	
Ricard Jan LINDBERGH		634
MATON BARBOSA michel (2m)		422
Marcelo Brito Manoel Felício		725
LUIZ CARLOS SANTOS		836
CADO CA		415
ANTONIO CAMBATAIA		708
BISMARCK NABA		622
LUIS E. HANLEY		
Almir Moura		734
Heri		328
Artista LFAA		229
Paulo Rubem		
Osse Neto		
CARLOS DUN		
JOÃO DELGADO		578
CARLOS MOTA		933
JOÃO PAULO R. SILVA		
ANTONIO CARLOS BISCAIA		414
Carlos Nader		918
Zi Galbo		631
REINALDO BETÃO		
PAULERNE/AVOLIANO		
BERNARDO ARISTON		
ARNALDO F. DE SA		432
DELY		303
Eduardo Seabra		
ZENRADO CAUJINHO		
INALDO WEITÃO		
Picardo figure		



CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

Menu Principal



Serviços



Comunicação



## eCâmara - Proposições

## Consulta tramitação das proposições

Proposição: PL-90/1999

Autor: Alberto Fraga - PMDB /DF

Data de Apresentação: 24/02/1999

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: MESA: Aguardando Recurso.

**Ementa:** Estabelece as condições para o funcionamento das Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras.**Indexação:** OBRIGATORIEDADE, (ONG), FUNCIONAMENTO, REGISTRO, REGIMENTO INTERNO, ESTATUTO, (MJ), SECRETARIA DE ESTADO, JUSTIÇA, AREA, ATUAÇÃO, EXIGENCIA, APRESENTAÇÃO, RELATORIO, NOME, DIRETOR, FUNCIONARIO, REPRESENTANTE, ELEMENTO, UTILIZAÇÃO, ELABORAÇÃO, PESQUISA, COLETA, DADOS, ORIGEM, DINHEIRO, APLICAÇÃO DE RECURSOS, ATIVIDADE, HIPOTESE, DESCUMPRIMENTO, NORMAS, DECLARAÇÃO, ILEGALIDADE, ESTRANGEIRO, OBTENÇÃO, VISTO DE PASSAPORTE, PROIBIÇÃO, VISTO DE TURISTA, ESTUDANTE.**Despacho:**

15/4/1999 - DESPACHO INICIAL A CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - ARTIGO 24, INCISO II.

**Emendas**

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)

EMC 1/2003 CCJR (Emenda Apresentada na Comissão) - Elimar Máximo Damasceno

EMC 2/2003 CCJR (Emenda Apresentada na Comissão) - Elimar Máximo Damasceno

EMR 1 CCJR (Emenda de Relator) - André Benassi

**Pareceres, Votos e Redação Final**

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)

CVO 1 CCJC (Complementação de Voto) - Roberto Magalhães

PAR 1 CCJC (Parecer de Comissão)

PRL 1 CCJC (Parecer do Relator) - Roberto Magalhães

**Requerimentos, Recursos e Ofícios**

- PLEN (PLENÁRIO)

REC 129/2004 (Contra parecer terminativo de comissão (Art. 132, § 2º c/c art. 144, caput, RICD)) - Alberto Fraga

- SECAP(SGM)(SECAP(SGM))




OF 66/2004 SECAP(SGM) (Ofício) - Seção de Registro e Controle de Análise da Proposi

**Última Ação:****12/5/2004** - MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) - Encerramento automático do Prazo para Recurso.

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
24/2/1999	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> APRESENTAÇÃO DO PROJETO PELO DEP ALBERTO FRAGA.
15/4/1999	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA.  DCD 20 03 99 PAG 10813 COL 02.
15/4/1999	<b>MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA)</b>



	DESPACHO INICIAL A CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - ARTIGO 24, INCISO II.
16/4/1999	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> ENCAMINHADO A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.
24/4/2000	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> RELATOR DEP ANDRÉ BENASSI.
2/5/2000	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.
10/5/2000	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.
12/12/2002	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Parecer do Relator, Dep. André Benassi, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação, com emenda. 
31/1/2003	<b>MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA)</b> Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno
12/5/2003	<b>MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA)</b> Desarquivado nos termos do Artigo 105 do R.I
20/5/2003	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Recebimento pela CCJR.
16/6/2003	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Designado Relator, Dep. Roberto Magalhães
17/6/2003	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 18/06/2003
26/6/2003	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Encerrado o prazo para emendas. Foram apresentadas 2 emendas.
28/8/2003	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Parecer do Relator, Dep. Roberto Magalhães, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e das emendas de nºs 1 e 2 apresentadas nesta Comissão. 
23/9/2003	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Vista ao Deputado Osmar Serraglio.
23/9/2003	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Devolução de Vista (Dep. Osmar Serraglio).
7/4/2004	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Parecer com Complementação de Voto, Dep. Roberto Magalhães, pela inconstitucionalidade e, no mérito, pela rejeição deste e das emendas 1 e 2 apresentadas nesta Comissão. 
7/4/2004	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Aprovado o Parecer com Complementação de Voto contra o voto do Deputado Luiz Antonio Fleury
27/4/2004	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Encaminhado à CCP.
27/4/2004	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Encaminhamento de parecer à CCP para publicação.
28/4/2004	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Proposição recebida para publicação.
28/4/2004	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Recebimento pela CCP.
28/4/2004	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 29/04/04, Letra A.
30/4/2004	<b>MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA)</b> Sujeito a arquivamento, nos termos do artigo 54, combinado com o artigo 58, § 4º do RI. Prazo para apresentação de recurso artigo 58, § 2º (05 sessões).



12/5/2004

**MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA)**

Encerramento automático do Prazo para Recurso.

Cadastrar para Acompanhamento



Página anterior



Nova pesquisa